



ENUNCIADOS SOBRE ÉTICA A PARTIR DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE – 2014-2024)

MENEZES, Ederson Malheiros¹

GARCES, Solange Beatriz Billig²

Resumo

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) em suas diretrizes indica a necessária relação da educação com a ética. Tal proposta é possível ser compreendida como uma oportunidade de renovação da eticidade da educação. Mas qual educação? E qual ética? Na tentativa de responder estas questões, desenvolveu-se uma reflexão teórica sobre a efetividade da ética na educação, a partir das contribuições de Adorno (1995), Freire (1996), Rios (1994, 2005, 2008), Hermann (2001), Bauman (2000), Ahlert (2003), Cortella (2014) e Severino (2006).

Palavras-Chave: Educação. Ética. Plano Nacional de Educação (PNE)

Abstract

The National Education Plan (2014-2024) in its guidelines indicates the necessary relationship of education to ethics. This proposal can be understood as a renewed opportunity of education ethics. But what education? And what ethics? In an attempt to answer these questions, a theoretical reflection developed on the effectiveness of ethics in education, from Adorno's contributions (1995), Freire (1996), Rios (1994, 2005, 2008), Hermann (2001) Bauman (2000), Ahlert (2003), Cortella (2014) and Severino (2006).

Keywords: Education. Ethics. National Education Plan

Introdução

É extremamente desafiador pensar em um Plano Nacional de Educação, para ser efetivado em uma sociedade que apresenta características complexas. Trata-se do reconhecimento da supressão dos valores em prol dos resultados, quando a ética perde seu valor e espaço e conseqüentemente configura a vida social pela violência, corrupção, a própria destruição da vida.

A postura egoica, a deturpação do indivíduo pelo individualismo, a plasticidade da vida, a

1 Acadêmico do curso de Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Unicruz/RS); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - CAPES/FAPERGS). E-mail: educacaosociologica@gmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz – PPGPSDS. Dr^a em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br



determinação de um pragmatismo instantâneo como regente da justiça, o mecanicismo, e todos os outros desdobramentos destas e outras realidades sociais evocam a ciência da ética, o retorno de algo que possa avaliar e buscar respostas para este tempo em relação ao futuro. Pois a “ética é a inteligência compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência com todas as condições materiais que são as nossas” (BARROS-FILHO, 2014, p. 35).

Não é difícil perceber em poucos minutos assistindo a algum telejornal ou mesmo lendo algo acerca da vida social para perceber o clamor e urgência acerca da necessidade dos indivíduos e sujeitos recuperarem a capacidade autônoma conjugada a sua experiência social de fazer boas escolhas, efetivarem decisões éticas. E para isso, o grande instrumental é uma educação ética.

Como exemplo para referenciar a urgência da ética na sociedade, no próprio contexto educacional, observa-se que:

Hoje, na educação, há um modo de corrupção que não é de natureza monetária: é quando pai e mãe substituem a relação de respeito no trabalho do magistério pelo Código de Defesa do Consumidor. E, portanto, quando eles têm uma demanda no espaço escolar em relação ao filho, recorrem ao referido código e ensinam a criança a dizer: “Eu pago o seu salário”. E assim, uma relação docente-discente, que tem também uma finalidade de elevação de convivência ética saudável, acaba sendo transformada em mercadoria (CORTELLA, 2014, p. 87).

Como superar esta condição, senão recorrer a este desafio de pensar a educação e não qualquer educação, mas uma ação permeada pela ética. É neste sentido que se observa o Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente ao que se refere as suas diretrizes, que remetem de forma abrangente a necessária relação com a ética, sendo possível entender a constituição ou renovação da eticidade da educação. Mas qual educação? E qual ética? Na tentativa de responder estas questões, desenvolveu-se uma reflexão teórica sobre a efetividade da ética no campo da educação, a partir das contribuições de Adorno (1995), Freire (1996), Rios (1994, 2005, 2008), Hermann (2001), Bauman (2000), Ahlert (2003), Cortella (2014) e Severino(2006).

O Campo da Ética

Para iniciar essa reflexão, necessário se faz definir, acerca de qual ética se têm por expectativa.

Define-se aqui a ética como uma reflexão de caráter crítico sobre os valores presentes na prática dos indivíduos em sociedade. É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o *bem comum*, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses



particulares e, muitas vezes, insustentáveis (RIOS, 2005, p. 87).

Ética conforme o exposto está compreendida como ciência crítica de valores. Sendo que ser ético passa a fazer referência a capacidade de problematizar os valores que envolvem a vida, especialmente a vida compartilhada com vista ao *bem comum*. Pois, o bem que não é comum, não deveria ser reconhecido como valoroso para a vida em sua coletividade, sendo exatamente este processo negativo que caracteriza interesses particulares nos espaços públicos. Quando se fala em educação, trabalho e cidadania, está evidente que tem-se por pressuposto a vida coletiva, conseqüentemente o bem verdadeiramente comum.

Todavia, o pensamento de Hermann (2001) parece ser o que melhor traduz o enunciado ético e moral das diretrizes, tendo em vista compreender que “A ética se instaura no espaço dessa ambigüidade, reconhecendo, por um lado, a fragilidade do humano com suas paixões e, por outro, a tentativa permanente de construir normas que regulem a convivência humana para além da particularidade” (HERMANN, 2001, p.11).

Todavia, “Na filosofia moderna, surge a preocupação em distinguir “ética” e “moral”, como decorrência do agir humano social e individual diante do processo crescente de complexificação da sociedade” (HERMANN, 2001, p.17). Desta forma, conclui-se que as referências a valores morais e éticos que aparecem nas diretrizes, dizem respeito a valores que permeiam a vida do indivíduo em sua individualidade e coletividade.

O Campo da Educação

Tendo em vista que o eixo principal desta reflexão está definido a partir da educação, será necessário ter clareza acerca do que se compreende por educação.

[...] gostaria de apresentar a minha concepção inicial de *educação*. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isso seria inclusive de maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas (ADORNO, 1995, p. 141-142).

Educação não hegemônica, educação que respeita e compreende a vida a partir do reconhecimento daquilo que é interno e externo ao indivíduo e ao sujeito. Não alienante, antes



emancipatória, por isso, também ética. Este entendimento confirma-se na explicitação de Freire (1996, p.33) pelo fato de que “Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando” .

Severino (2006, p. 621) contribui com essa reflexão ao referendar que:

A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, que é o seu lado visível, mas é fundamentalmente **um investimento formativo do humano**, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva. Por isso, a interação docente é considerada **mediação universal e insubstituível dessa formação**, tendo-se em vista a condição de educabilidade do homem. Por isso a educação deve ser sempre entendida como um **investimento** feito pelos sujeitos dos recursos exteriores visando o desenvolvimento de sua subjetividade. Nesse sentido educar-se é apreender-se cada vez mais como sujeitos.

Além disso, é a educação, a partir da consciência dessa subjetividade, que dá as referências éticas e políticas necessárias para a constituição de um cidadão, que vive atualmente em uma sociedade com características individualistas, mas que paradoxalmente, é coletiva, pois é através da participação social que dá visibilidade as questões sociais que perpassam a vida cotidiana. É importante ressaltar ainda que essa individualidade não se dá em termos de competição entre si, mas no sentido de exaltação da liberdade e desejo de satisfação pessoal. Na verdade, essa individualidade é uma conquista da humanidade, na medida em que defende o direito à singularidade de cada um, o que paradoxalmente faz termos também hoje, uma sociedade plural.

Portanto, para vivenciar essa sociedade individualista, mas ao mesmo tempo complexa e plural, é preciso fortalecer o significado de educação, como formação humana, tal como novamente referenda Severino (2006, p. 621):

Na cultura ocidental, a educação foi sempre vista como processo de formação humana. Essa formação significa a própria humanização do homem, que sempre foi concebido como um ente que não nasce pronto, que tem necessidade de cuidar de si mesmo como que buscando um estágio de maior humanidade, uma condição de maior perfeição em seu modo de ser humano.

A Relação da Ética com a Educação

Como se observa, a relação da ética com a educação e vice-versa é tão intensa que uma compreende certa dependência da outra, de tal forma que pode-se entender que “[...] educação é práxis ética, porque visa a reproduzir e garantir essa vida em constante construção e reconstrução” (AHLERT, 2003, p. 166).



Passa a ser reconhecido que, “desde as mais antigas tradições, a educação apresentou uma intencionalidade ética legitimada, ou seja, ela definiu-se para inscrição, em cada sujeito, de uma história compartilhada de valores, de orientações sobre o que é bem” (HERMANN, 2001, p.20).

Segundo Ahlert (2003, p. 163) “Todo processo de construção de conhecimento, de ensino-aprendizagem, de educação formal e informal, de educação técnica e científica, precisa ter incorporado urgentemente o imperativo ético para promover a inclusão de todos e de tudo”. Assim a ética assume caráter inclusivo, especialmente reconhecida como elemento de articulação com o coletivo.

Para compreender esta função que a educação adquire pela relação com a ética, compreende-se que “Uma educação ética tem o desafio de refletir criticamente sobre as moralidades. Seu papel emerge do mundo da prática, das interações sociais. Ela busca a humanização da vida de todos e de tudo. Por isso ética é libertação” (AHLERT, 2003, p. 169).

As relações da ética com a educação que precisam ser vivenciadas a partir do Plano Nacional de Educação

Por compreender esta relação da educação com a ética é que a mesma passa a ocupar destaque nas diretrizes do Plano Nacional de Educação no Brasil, o que poderá ser observado pelos enunciados acerca da ética apresentados no texto.

A lei nº 13.005 de junho de 2014 faz referência à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o qual em seu primeiro artigo indica que o mesmo visa o cumprimento do artigo 214 da Constituição Federal, o qual atribui ao processo legislativo o dever de constituir um plano nacional de educação com duração decenal, de caráter colaborativo, constituído de “[...] diretrizes, objetivos, metas, estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades [...]”.

No Plano Nacional de Educação estão dispostas as diretrizes abaixo indicadas e que aqui são apresentadas com destaques para enunciados que remetem de forma específica (negrito sublinhado) ou geral (sublinhado) ao campo da ética e/ou moral:

- I) erradicação do analfabetismo;
- II) universalização do atendimento escolar;
- III) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania



e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV) melhoria da qualidade da educação;

V) formação para o trabalho e para a cidadania, **com ênfase nos valores morais e éticos** em que se fundamenta a sociedade;

VI) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX) - valorização dos (as) profissionais da educação;

X) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Conforme texto do portal do Ministério da Educação e do site do governo, específico para referenciar a construção do Plano Nacional de Educação³“A elaboração dos documentos contou com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE)”. O que indica um amplo e cuidadoso processo que envolve estes resultados.

Como observado, renova-se pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) o valor e importância da ética, especificamente nos processos de formação do humano. Concebe-se a expectativa de que a formação educacional cidadã seja permeada pela formação ética.

Com a ênfase à coletividade que se explicita nas diretrizes do Plano Nacional de Educação, o enunciado em termos de moral e ética visa não excluir o aspecto da individualidade, de forma a reconhecer e alertar que “Uma educação sem indivíduos é opressiva, repressiva. Mas quando procuramos cultivar indivíduos da mesma maneira que cultivamos plantas e regamos com água, então isto tem algo de quimérico e de ideológico” (ADORNO, 1995, p. 154). Por isso, esta individualidade precisa ser adequadamente reconhecida, de forma a superar processos hegemônicos que envolvem encaminhamentos educacionais e que dizem respeitar o indivíduo.

Pode-se assim afirmar que nesta linha de compreensão, se está diante da expectativa

3 (<http://pne.mec.gov.br/>),



de uma educação e ética/moral claramente conceituadas, e que a partir deste momento, são referências para continuar a reflexão dos enunciados éticos e morais previamente observados no Plano Nacional de Educação (PNE).

No Plano Nacional de Educação (PNE), a sua quinta diretriz é: “formação para o trabalho e para a cidadania, **com ênfase nos valores morais e éticos** em que se fundamenta a sociedade” (grifo nosso).

Fica explícito inicialmente que a formação é concebida com dois propósitos: para o trabalho e para a cidadania. Propósitos estes, que conforme enunciado, possuem ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Quando se estabelece foco, como aqui é o caso do trabalho e da cidadania, para não ter uma visão limitada de ética, será preciso compreender que estes campos agregam em si tudo aquilo, que não deve de maneira alguma, ficar fora do campo da ética, e que possuem relevância significativa na formação do humano. Pois “Toda vez que o foco está em alguma coisa, fica descaracterizada a ideia de complexidade, diversidade, pluralidade” (BARROS-FILHO In: CORTELLA, 2014, p. 18).

Seguindo a reflexão, é preciso questionar: Quais são os valores morais e éticos da sociedade brasileira? Quais são os valores morais e éticos, individuais e coletivos de nossa sociedade que deverão formar através da educação trabalhadores e cidadãos?

Ao se questionar acerca dos valores constitutivos dos processos educacionais para formação de trabalhadores e cidadãos, se processa um importante exercício:

A indagação sobre os valores, sobre a orientação da conduta humana vai ao encontro de uma preocupação própria dos seres humanos e que se torna mais aguda no meio das contradições que vivemos – o individualismo, a discriminação, a violência e um discurso que apela de maneira cínica à solidariedade. (RIOS, 2005, p. 48)

Os enunciados midiáticos acerca da nação não são os melhores, principalmente quando violência, exclusão e corrupção ocupam as manchetes. Todavia, minimizando um possível pessimismo para esta análise, ainda se faz oportuno reconhecer que as manifestações sociais e suas causas de luta, devem constituir indicadores significativos acerca de valores morais e éticos pelos quais a nação luta, entre eles: justiça, respeito, valorização, paz, inclusão, democracia, entre outros.

Como se faz menção de que tanto a moral quanto a ética possuem valores, compreende-se que se está fazendo referência a uma distinção na esfera do indivíduo e da sociedade. Pois caso contrário, a moral seria objeto da ética, ou seja, a moral seria



reconhecida pelos valores que a constitui, enquanto a ética, seria vista como ciência de análise desta moral. Poder-se-ia questionar então se esta proposta de ética e moral é adequada ou suficiente para atender os pressupostos da educação nacional, em outras palavras, se ela não fica minimizada por apenas referenciar normativamente valores ao indivíduo e à sociedade sem incentivo para autonomia.

Rios (2005, p. 106) enuncia a necessidade de uma ética que possui de fato um bem comum. De outra perspectiva, mas com mesmo foco, Freire (1996) vai falar da ética dos interesses particulares, da ética do mercado, a qual igualmente não pode ser referência para a vida e formação dos autênticos cidadãos.

[...] da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro (FREIRE, 1996, p. 15).

Se faz, então, necessário rejeitar uma proposta ética e moral, seja para o indivíduo ou para a vida coletiva, de forma que a mesma em sua natureza não seja também reconhecida como promotora de autonomia, livre dos meros interesses particulares no contexto da esfera pública, bem como livre do domínio econômico que minimiza a vida humana ao único processo do consumo e exploração.

Aprofundando outros aspectos desta reflexão questiona-se: Quais seriam os valores da moral e ética, compreendidas em relação à esfera tanto individual como coletiva para o trabalho e cidadania?

Inicialmente, é preciso reconhecer que “Hoje existe uma ampla carência de possibilidades sociais de individuação, porque as possibilidades sociais mais reais, ou seja, os processos de trabalho, já não exigem mais as propriedades especificamente individuais” (ADORNO, 1995, p. 152).

Os processos massificadores que fortalecem propostas hegemônicas, excluem espaços ou possibilidades sociais para a necessária individuação, o que destitui a diversidade e criatividade de identidades singulares, dando lugar a uma massa mecânica e hegemônica.

O que se evidencia, de qualquer modo, é que as competências, no sistema em que vivemos, são definidas levando-se em conta a demanda do mercado. Não é mau, em princípio, levar em conta uma demanda – afinal, é preciso sempre considerar o contexto em que se desenvolvem a formação e a prática profissional. Arriscado é confundir a demanda imediata, mercadológica, com a demanda social, que expressa



as necessidades concretas dos membros de uma comunidade. (RIOS, 2005, p. 83)

É exatamente aqui que se torna explícito o fato de que, no contexto do trabalho, não apenas a sociabilidade para individuação deixou de existir, mas também forjou-se as competências que devem instrumentalizar a existência e a produção. Competências para atender os interesses de um sistema de vida baseado em uma forma de escravidão “consentida”, que sustenta-se na supressão da demanda social pela demanda imediata e mercadológica.

[...] a modernidade, centrada na racionalidade, transformou profundamente a relação entre teoria, prática e produção. O individualismo antropocêntrico transformou a educação num instrumento técnico-científico, serviçal do processo de produção de bens materiais e de dominação da natureza, das pessoas e dos povos. O ser humano passou a existir em função da máquina e não mais a máquina em função do ser humano (AHLERT, 2003, p. 143)

Uma ética para o trabalho e cidadania não pode ignorar estas realidades que se constituíram e se fixaram desde a modernidade pelos processos capitalistas que envolvem o mundo e a vida do ser humano. A ética para o trabalho e cidadania precisa significar fortalecimento para estabelecer cada elemento no seu devido lugar, ou seja, deixar a máquina existir em função do ser humano e não o contrário.

Trata-se de reconhecer que o ser humano não deve ser visto como recurso, antes como alguém que possui eles e os cria. Ao fazer uso de suas potencialidades, habilidades e capacidades transforma o mundo de forma a atender suas necessidades (RIOS, 1994).

A ética para o trabalho e cidadania é iniciativa para restituição de todos os possíveis recursos humanos e não apenas aqueles que pragmaticamente são considerados pelo mercado, trata-se de uma restituição que habilita potencialmente o ser humano para ser senhor de sua história e não escravo de uma história de dominação.

Será competente um profissional qualificado? Se entendermos a qualificação como um processo, tenderemos a responder afirmativamente. Até porque também a competência não é algo estático, mas processual. É importante retomar a preocupação que anunciei: embora se mencione a qualificação como algo bom por sua natureza, é preciso estar atento para os critérios que a definem – bom para quem? Positivo de que ponto de vista? (RIOS, 2005, p. 84)

A ética para o trabalho e cidadania é questionadora acerca dos propósitos mais amplos que



podem estar não tão claramente definidos pela própria dificuldade de individuação, da inversão sujeito objeto, da mercantilização do humano e da ocultação de interesses minoritários.

Esta inter-relação da ética e educação com foco na formação para o trabalho e para a cidadania, agrega os elementos em um eixo de caráter indissociável, constituindo uma condição *sine qua non*, ou seja, para a qual nenhum elemento individualmente consegue se efetivar. Nesta proposição relacional está contida a base para se alcançar a tão almejada emancipação dos sujeitos.

No entanto, Adorno aponta dois problemas que precisam ser superados para que se efetive a emancipação: “a própria organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante” onde “a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia” e “exerce uma pressão tão intensa sobre as pessoas, que supera toda educação” (ADORNO, 1995, p. 143).

E, sendo esta ideologia marcada, como já observado, pelo capitalismo que homogeniza um modo de vida alienado aos valores integrais do humano, renova-se que “O objetivo último do ensino, como socialização de conhecimento, é a contribuição para a realização da cidadania” (RIOS, 2005, p. 61). Um ensino portador de eticidade para formação cidadã.

[...] a reconstrução de uma sociedade, onde a ética perpassa todos os lugares, somente pode realizar-se através da interação de sujeitos que supere o individualismo da moralidade moderna, propondo validades universais em favor da vida, do próprio planeta e de interplanetaridade. As normas universais pressupõem uma construção coletiva a partir de inter-relacionamentos intersubjetivos (AHLHERT, 2003, p. 149).

A ética para o trabalho e cidadania (re)cobra de forma histórica e jurídica a (re)construção da sociedade, isto em um processo de respeito ao sujeito. Os enunciados gerais acerca da ética e da moral reforçam principalmente o aspecto da formação cidadã através da promoção de valores que precisam se efetivar para além da normatividade, não por imposição, mas porque reconhecidos em sua natureza como reais, e porque traduzem as expectativas da vida de todos para todos.

Ainda outros valores estão enunciados a partir das diretrizes do PNE que podem ser relacionadas com a formação moral e ética dos cidadãos e trabalhadores, entre elas, as referências que sugerem valores e princípios: a erradicação de todas as formas de discriminação; a gestão democrática da educação pública; a promoção humanística; e aos



princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Neste sentido a moral e a ética devem compreender o respeito, o cultivo e valorização da democracia efetiva, a preservação da vida e do ser humano em todas as esferas de suas relações, a promoção à participação ativa na construção dos direitos, bem como na definição acerca do bem comum (considerado o bem que é tradução de todos sem exclusão).

Estes princípios que fundamentam a eticidade da educação se inter-relacionam e justificam os necessários processos e ações a serem efetivadas:

Este novo jeito da eticidade educacional possibilita a formação de um ser humano mais flexível capaz de começar por uma profissão e adaptar-se a outra, com competência de aprendizagem permanente, interagindo com a realidade para manter vivo a si e aos outros; um ser humano criativo capaz de construir opções infinitas para uma cidadania globalizada, na qual se realize um desenvolvimento sustentável que satisfaça as necessidades das gerações presentes sem sacrificar as gerações futuras; que promova qualidade de vida sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas, que transforme as relações de gênero, que estimule a vida comunitária e a cidadania e efetive o direito inalienável das crianças (AHLERT, 2003, p. 171).

O endurecimento ou rigidez do ser humano está atribuído aos processos já mencionados que restringem a individuação pela ausência de espaços para sociabilidade, espaços que devem considerar a riqueza que envolve a vida em toda sua complexidade, o que nos faz lembrar de Morin (2011) que propõe o reconhecimento da complexidade e saberes necessários à educação do futuro (entre eles a ética ou mais precisamente a “*antropoética*”), sem a qual a diversidade e solidariedade não podem ser constituídas.

Uma educação com fins éticos constrói conhecimento preocupado com a humanização e a realidade da vida; elimina o individualismo e egoísmo da moral liberal e estimula a cooperação e solidariedade das novas gerações; busca no passado os momentos de ruptura com as morais de dominação e se alimenta da força ética com que os povos lutaram pela manutenção e o melhoramento da vida. Seu esforço é a coordenação dos vários órgãos que compõem as sociedades humanas dentro de uma perspectiva global (AHLERT, 2003, p. 171-172).

Para consumir de fato a ética na educação, será necessário então reconhecer que esta proposta deve significar em nosso tempo um momento de ruptura com processos de dominação excludentes e sem dignidade. Mas não ruptura para simplesmente romper, uma ruptura que se sustente em propostas mais inclusivas e dignas, as quais não podem se constituir sem a participação de todos.



Não se propor a esta tarefa, só pode significar a opção pela postura cínica, e “A atitude cínica configura uma crise moral, ou um desafio à ética, porque significa uma indiferença diante dos valores” (RIOS, 2008, p. 77). Se espera que ao invés do cinismo, a proposta ética claramente enunciada no Plano Nacional de Educação, torne-se a opção maior para constituir verdadeiramente uma educação ética para formação cidadã, a superação do enunciado para a efetiva prática de vida.

Bauman (2000, p. 10) faz referência a Pierre Bourdieu acerca da abordagem que faz de um modo de conhecimento e saber cínico, modo este impróprio porque apenas individual, com o interesse de tirar proveito em vez de cooperar, um modo que gera condutas contrárias a vida em comunidade. Certamente, não deverá ser esta ética e esta educação que permeará os processos nos próximos anos para formação de trabalhadores e cidadãos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão se insere com todas as limitações que possui no ensejo de cooperar eticamente com a eticidade da educação brasileira. Desafio que requer compreensão clara acerca de qual educação e ética deverão ser efetivados para atender às Diretrizes do Plano Nacional de Educação deste país.

O desafio passa a ser reconhecido com maiores detalhes quando se vê que tanto a educação como a ética em sua relação para formação de trabalhadores e cidadãos precisa vencer obstáculos internos para práticas efetivas.

Neste ensejo, renova-se a esperança através do PNE que requer atores sociais conscientes destes desafios e dispostos a lutar eticamente pela eticidade da educação. A expectativa faz sonhar, isto por causa da oportunidade de transformação social. Porém, o sonho só terá condições de realidade com o apoio e engajamento de todos para todos, com a efetiva educação ética.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AHLERT, Alvorí. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003. (Coleção Fronteiras da Educação).



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

BARROS-FILHO, Clóvis de. (Debate). In: CORTELLA, Mario Sergio. **Ética e vergonha na cara**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014. (Coleção Papyrus Debates).

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 28 maio 2015.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art214>. Acesso em: 28 maio 2015.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 28 maio 2015.

CORTELLA, Mario Sergio. **Ética e vergonha na cara**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014. (Coleção Papyrus Debates).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ética e competência**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 16).

_____. Ética, competência e direitos humanos. **Muito Mais**, São Paulo, ano 3, n. 15, mar. 1994.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006.